

Nomes próprios de pessoa em línguas de sinais: uma discussão acerca das nomenclaturas adotadas

Personal names in sign languages: a discussion about the nomenclatures adopted

Gabriele Cristine Rech* 

Fabiola Sucupira Ferreira Sell** 

RESUMO: Este artigo tem por objetivo levantar a nomenclatura utilizada para designar os sinais de nomes próprios em pesquisas realizadas sobre este objeto de estudo em diferentes línguas de sinais. Para tanto, parte-se da busca por termos utilizados em trabalhos realizados sobre diferentes línguas de sinais. Esta pesquisa caracteriza-se como teórica, que apresenta abordagem clássica da classe gramatical *nome* para então situá-la no âmbito da antroponomástica. Como resultados, foram encontradas diferentes nomenclaturas para designar os sinais de nomes próprios em diferentes trabalhos acerca das línguas de sinais. Parte destes termos parecem ser traduções de termos já existentes em trabalhos pioneiros. Como conclusões, aponta-se que em pesquisas brasileiras, embora haja diferenças nos termos traduzidos, há evidências de que são equivalentes.

PALAVRAS-CHAVE: Línguas de sinais. Nomenclatura. Sinais de nomes próprios. Antroponomástica.

ABSTRACT: This investigation aims to analyze the terminology used to identify proper name signs in various sign languages. To achieve this, we begin by examining the language used in previous works on the subject. This inquiry is considered a theoretical study, which follows a traditional approach to classifying grammatical names and puts them in context with anthroponomastic studies. Our research has revealed that various terminology has been used to designate proper name signs in different sign language studies. Some of these terms appear to be translations of terms from earlier works. Our conclusions suggest that, despite variations in translated terms, evidence show they are equivalent in Brazilian research.

KEYWORDS: Sign language. Nomenclature. Personal names signs. Anthroponomastics.

* Doutora em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), professora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). gabriele@uems.br

** Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), professora associada da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). fabiola.sell@udesc.br

1 Introdução

Aqueles que se dedicam às línguas sinalizadas sabem que a obra *Sign Language Structure: an outline of the visual communication systems of the American Deaf* (1960), escrita por William Stokoe, foi o marco no reconhecimento do *status* linguísticos das línguas de sinais. Desde essa época, diversas investigações linguísticas foram realizadas, contemplando todas as áreas da linguística, tais como a Fonologia, a Morfologia, a Semântica, a Sintaxe, a Pragmática, bem como aspectos lexicais.

No Brasil, anos mais tarde, a partir dos achados da linguista Lucinda Ferreira-Brito, a chamada Língua de Sinais dos Centros Urbanos (hoje conhecida como Libras) e a Língua de Sinais Urubu-Kaapor – língua utilizada por uma comunidade indígena que leva o mesmo nome - começam a ser descritas e comparadas (Ferreira-Brito, 1984). Em 1995, Ferreira-Brito publica o livro *Por uma Gramática da Língua de Sinais*, no qual procurou descrever aspectos linguísticos da Libras, abordando propriedades fonológicas e morfológicas.

Esses marcos históricos apresentados servem para que possamos pontuar duas situações: 1) a partir desses trabalhos muitos outros foram realizados e, a cada ano que passa, novas pesquisas são desenvolvidas, consolidando cada vez mais os estudos linguísticos das línguas de sinais e; 2) embora possamos detectar os avanços mencionados, não podemos deixar de reconhecer que, em virtude do curto espaço de tempo, ainda há muito a ser estudado e descrito em relação aos aspectos linguísticos dessas línguas.

Tendo em vista essa lacuna, este trabalho insere-se em uma área ainda pouco explorada. Tratamos aqui das pesquisas dos nomes próprios de pessoas na Língua Brasileira de Sinais, ou seja, da Antroponomástica aplicada às línguas de sinais. Talvez aqui o leitor já se depare com o primeiro estranhamento, pois, conforme Amaral e Seide (2020), no âmbito acadêmico os Estudos Onomásticos, e, conseqüentemente, investigações voltadas à Antroponomástica, são recentes, tendo como marco a defesa da tese de Maria Vicentina de Paula Amaral Dick (1980) denominada *A motivação*

antroponímica: princípios teóricos e modelos taxionômicos. Em suma, estamos diante de duas áreas relativamente recentes em termos de pesquisas: a Libras e a Antroponomástica.

A Antroponomástica é uma das subáreas da Onomástica, ciência que estuda os nomes próprios em geral. Esse termo “Antroponomástica” foi proposto pelo International Congress of Onomastics Sciences (ICOS) em 2011, para nomear o campo que investiga os antropônimos (nomes próprios de pessoas) como uma forma de diferenciar “antroponímia” – o conjunto desses nomes (Amaral; Seide, 2020). Contudo, ainda há pesquisadores que utilizam o termo antroponímia para se referir tanto ao objeto de estudo quanto à disciplina (Seide, 2016). Essa flutuação de termos serve para exemplificar, exatamente, o que tratamos neste artigo: não é incomum que em áreas em construção, e até mesmo outras mais sedimentadas, termos diferentes sejam utilizados para o mesmo fenômeno linguístico.

Assim, neste trabalho, analisamos os diversos termos utilizados para referenciar o que estamos, ao longo de nossas pesquisas, chamando de *senal de nome*, um signo linguístico utilizado para identificar pessoas no interior das comunidades surdas. Antes de entrarmos nessa abordagem, trazemos uma breve discussão sobre a categoria gramatical em que esse item lexical se insere a partir da tradição gramatical que remonta às pesquisas greco-latinas e as definições da classe gramatical Nome.

Na sequência, são apresentados trabalhos a respeito dos nomes próprios de pessoa nas línguas de sinais, para então discutirmos as questões terminológicas relacionadas com esse item lexical.

2 Pressupostos teóricos

Primeiramente, é importante pontuar que vamos discutir os nomes próprios como um fenômeno que se insere na classe gramatical dos Nomes, partindo da tradição gramatical greco-latina e revisitando diferentes correntes linguísticas. Para tanto, nos embasaremos em trabalhos realizados sobre o Português Brasileiro e sempre

que possível sobre a Libras, levando em conta que há investigações mais consistentes em relação àquela língua se comparado com esta última. Antes de apresentarmos esta breve discussão sobre a classe dos nomes nas línguas analisadas neste artigo, importa refletir sobre a necessidade de classificar os vocábulos de uma língua. Perini (1999, 2006) levanta essa questão mostrando que uma das principais vantagens em se classificar vocábulos é poder fazer afirmações gramaticais sobre um determinado grupo de itens lexicais com a máxima economia. Além disso, “a classificação das formas é importante em gramática porque ela é um dos principais instrumentos que utilizamos para construir, processar e compreender as expressões linguísticas” (Perini, 2006, p. 132). No entanto o autor alerta que toda classificação deve ter um objetivo definido bem como critérios definidos e exaustivos.

Podemos afirmar também que uma segunda etapa da classificação de itens lexicais é encontrar rótulos para cada uma das classes e subclasses delimitadas a partir dos critérios estabelecidos. É isso que vemos na sequência em relação aos antropônimos nas línguas de sinais.

2.1 A classe gramatical Nome

Sabe-se, a partir dos estudos de teoria e análise linguística, que a classe gramatical denominada Nome apresenta traços formais e nocionais comuns os quais são inferidos por falantes nativos das línguas que os permitem reconhecer, especialmente em contextos de uso da língua, uma determinada palavra ou sinal como pertencentes a determinada classe gramatical.

Nesse sentido, e retomando a ideia de que a classificação de vocábulos precisa ser guiada por objetivos claros, neste trabalho retomamos a discussão clássica de Joaquim Mattoso Câmara Jr. sobre os critérios de classificação dos vocábulos.

Câmara Jr. (1998) explica que há três critérios para a classificação dos vocábulos formais¹ de uma língua. O critério semântico, ou seja, o que eles significam do ponto de vista do universo biossocial que se incorpora na língua; o critério mórfico ou formal, que diz respeito às propriedades gramaticais que podem apresentar; e o critério funcional, que engloba a função ou papel que um vocábulo apresenta na sentença. O critério semântico e o mórfico apresentam correlação, pois o sentido de um signo linguístico está associado a uma forma, motivo pelo qual o autor considera a junção desses dois critérios em um critério morfossemântico.

A partir desses critérios, Câmara Jr. classifica os vocábulos formais em três classes: os Nomes, os Verbos e os Pronomes. Quanto ao critério semântico, os Nomes representam coisas ou seres, ao passo que Verbos representam processos e Pronomes nada sugerem sobre as propriedades intrínsecas de coisas e seres, limitando-se a situá-las no espaço, visto este espaço em função do falante. A aplicação desses três critérios aos vocábulos formais de uma língua vai evidenciar de que forma as classes gramaticais se distinguem. Por exemplo, enquanto no português há uma distinção nítida pelo critério mórfico entre Nomes e Verbos, quando os primeiros são passíveis de plural em S e os segundos apresentam morfemas de tempo e modo, na Libras a distinção entre nomes e verbos ocorre, pelo menos em parte dos itens lexicais, pelo critério funcional, ou seja, a posição que tal vocábulo apresenta na sentença. Nesse sentido, conforme a Gramática da Libras – Volume 2, nos casos em que o mesmo sinal pode figurar como Nome ou como Verbo, tal como TELEFONE/TELEFONAR, o que os distingue é estarem em posição de argumento na sentença quando atuam como Nomes (Quadros *et al.*, 2023, p. 21). Vale ainda ressaltar que há evidências ainda serem estudadas sobre a diferenciação morfológica entre Nomes e Verbos em Libras, baseada

¹ Conforme Câmara Jr. (1998, p. 69), “vocábulo formal é a unidade a que se chega, quando não é possível nova divisão em duas ou mais formas livres”.

em Marcas Não Manuais, das quais não trataremos neste estudo, uma vez que nosso objetivo é discutir a nomenclatura utilizada.

Nesta pesquisa, nosso foco dirige-se para a classe dos Nomes. Essa classe, conforme Câmara Jr., abarca os substantivos, os adjetivos e os advérbios. Camacho *et al.* (2014) explicam que ao tratar substantivos e adjetivos sob o mesmo rótulo como Nomes remonta a tradição gramatical greco-latina em que ambas as classes compartilhavam os mesmos traços gramaticais referentes por exemplo à flexão de gênero, número e caso, distinguindo-se apenas em termos funcionais, ou seja, em sua relação com os demais elementos da sentença. Câmara Jr. aponta que o critério funcional diferencia o substantivo em relação à sua funcionalidade na comunicação linguística em relação a adjetivos e advérbios, uma vez que substantivos se caracterizam como termo determinado enquanto adjetivos são termos determinantes de outro nome e advérbios são termos determinantes de verbos. Para esta pesquisa, nosso foco são os nomes substantivos, os quais podem ser divididos em substantivos comuns e substantivos próprios.

Segundo Moura Neves em sua Gramática de Usos do Português, os substantivos ou nomes referem-se a diferentes entidades, denominando-as, e dividem-se em dois grupos: os substantivos comuns e os substantivos próprios. Ainda conforme a autora, os nomes próprios não se aplicam a qualquer elemento de uma classe, ao contrário, fazem “designação individual dos elementos a que se referem, isto é, identificando um referente único com identidade distinta dos demais referentes, eles não evidenciam traços ou marcas de caracterização de uma classe, e não trazem, pois, uma descrição de seus referentes” (Moura Neves, 2000, p. 69).

Moura Neves acrescenta ainda que os substantivos próprios se constituem basicamente como antropônimos (nomes de pessoa) e topônimos (nomes de lugares), podendo ainda ser nomes específicos de datas, festividades, marcas de produtos, livros, revistas, peças, associações, agremiações, órgãos ou repartições etc.

Castilho (2010, p. 468) ao tratar da diferença entre substantivos comuns e próprios, afirma que

A representação das coisas é um empreendimento que diferencia substantivos comuns de substantivos próprios quando tomamos por parâmetro a propriedade de denotar/conotar. Um substantivo comum tanto denota quanto conota seu referente ao passo que apenas os substantivos próprios detêm a propriedade exclusiva de denotar. Essa distinção tem uma tradição sólida na gramática ocidental. Os latinos atribuíam aos substantivos a função de nomear ou denominar distinguindo-se os apelativos comuns, que representam muitos objetos, dos apelativos próprios, que representam um único objeto.

Sendo assim, os vocábulos aos quais nos referimos como nomes próprios de pessoa em línguas de sinais dizem respeito a antropônimos considerados como substantivos próprios, uma subclasse dos substantivos, pertencentes à classe dos Nomes. Vale lembrar a importância de se empreender pesquisas de cunho gramatical mais detalhadas sobre a classe dos Nomes nas línguas de sinais, em especial na Libras, incluindo outros arcabouços teóricos. Por hora, e dentro do objetivo a que nos propomos para este artigo, os critérios estabelecidos por Câmara Jr. para a classificação dos vocábulos se coadunam com os nossos objetivos de esclarecer a que classe pertence o objeto de nossa pesquisa.

3. Metodologia

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo teórico, de base bibliográfica e documental, que analisa os termos utilizados para referenciar a subclasse gramatical dos sinais correspondentes aos nomes próprios em diferentes línguas de sinais. Parte-se de uma abordagem clássica de classificação do léxico objeto desta pesquisa para em seguida dialogar com a Antroponomástica.

Os termos aqui analisados foram coletados em trabalhos encontrados em revisão de literatura cujo foco era a discussão dos sinais de nomes próprios em

diferentes línguas de sinais (Rech; Seide; Sell; 2020). Dentre as pesquisas levantadas, aqui foram analisados cinco trabalhos em língua estrangeira, sendo quatro artigos em inglês e um em francês, e cinco trabalhos veiculados em língua portuguesa que tratam especificamente da nomeação em Libras. Os trabalhos encontrados em língua estrangeira o mais antigo aqui analisado foi publicado em 1990 e o mais recente em 2017. Já no caso de publicações sobre a Libras, publicados em português, o mais antigo aqui analisado teve sua publicação em 2017 e o mais recente em 2022. Em relação ao critério de escolha dos artigos analisados, foram selecionados os mais antigos em que o termo designante para os sinais de nome próprio aparecem pela primeira vez.

4 Resultados encontrados em estudos dos nomes próprios de pessoas nas Línguas de Sinais

Antes de entrarmos no propósito desta seção, cabe esclarecer que o título desta seção já carrega uma informação importante a ser considerada previamente. Não utilizamos o termo *antroponomástica*, mas *estudo dos nomes próprios de pessoas* pois, muitos dos trabalhos apresentados, embora tratem de nomes próprios de pessoas nas línguas de sinais, não fundamentaram suas discussões a partir de pressupostos teóricos da Antroponomástica.

Feita essa consideração, nesta seção apresentamos algumas investigações, em âmbito nacional e internacional, com vistas a evidenciar a maneira como os autores compreendem a nomeação nas línguas de sinais, bem como, em virtude do escopo do artigo, identificar os termos utilizados para referenciar o sinal utilizado para identificar ou referenciar uma pessoa em uma determinada língua de sinais. Assim, não serão apresentados aspectos voltados a metodologias ou resultados das pesquisas apresentadas, as quais já foram escopo de trabalho anterior, e podem ser encontradas em Rech, Seide e Sell (2020).

Iniciamos pela pesquisa intitulada *The arbitrary name sign system in American Sign Language* realizada por Samuel J. Supalla (1990). Conforme verificado no título do

artigo, o autor adota o termo *name sign* – no plural *name signs* – para o que ele mesmo chama de “nomes próprios de pessoas em uma comunidade que usa uma língua visual-gestual”² (Supalla, 1990, p. 99). Esse conceito é muito caro, pois o autor, embora não traga nenhuma referência à Onomástica, considera que esses sinais são nomes próprios de pessoas, reconhecendo que nomear pessoas é algo que está presente em todas as culturas, inclusive as comunidades surdas.

Day e Sutton-Space (2010), no artigo *British Sign Name Customs*, buscaram descrever o sistema de nomeação de pessoas na Língua de Sinais Britânica. Conforme exposto no título do artigo, as autoras usam o termo *sign name* para referenciar o sinal utilizado para nomear pessoas nessa língua, o qual pode ser compreendido como uma variação do *name sign* proposto por Supalla (1990). O trabalho desenvolvido pelas autoras também não está inserido no escopo da Antroponomástica, contudo, apresenta conceitos caros à área como: a relação das práticas de nomeação com aspectos culturais, linguísticos e sociais; as possíveis alterações de um nome em algumas sociedades; comparações entre prenomes e apelidos, dentre outros.

Liina Paales escreveu dois trabalhos sobre o processo de nomeação de pessoas na Língua de Sinais da Estônia, a saber: *On the System of Person-Denoting Signs in Estonian Sign Language: Estonian Personal Name Signs* (2010) e *Name Signs for Hearing People* (2011). Seus trabalhos dialogam com a teoria Onomástica, sendo que o segundo discute as diferenças e similaridades do que ela chamou de *personal name sign* em relação aos apelidos. A autora, da mesma forma que Supalla (1990), reconhece que a categoria de nome é linguisticamente universal e está presente nas línguas de sinais (Paales, 2010), cada qual de acordo com suas normas (Paales, 2011). Da mesma forma, admite que esses sinais funcionam como nomes próprios, os quais, no interior das comunidades surdas, assumem a função de “nome oficial”, posto que é possível que

² “[...] the proper names of persons in a community using a visual-gestural language” (Supalla, 1990, p. 99)

algumas pessoas surdas sejam conhecidas apenas por seu sinal, e seus nomes na língua oral sejam desconhecidos, dado o uso frequente (Paales, 2011).

Na Língua de Sinais Sueca encontramos o artigo denominado *Types and trends of name signs in the Swedish Sign Language Community*, desenvolvido por Carl Börstel (2017). O autor admite o uso dos termos *name signs* ou *sign names* para designar os nomes próprios de pessoas, os quais podem ser compreendidos como um sinal usado para referenciar uma determinada pessoa, normalmente utilizado junto com o nome na língua oral. Embora Börstel (2017) não insira sua pesquisa no escopo dos Estudos Onomásticos, afirma que esses sinais não são meramente apelidos, mas uma forma padrão de denotar um indivíduo na comunidade.

Yves Delaporte (1998) investiga os nomes próprios de pessoas na Língua de Sinais Francesa (LSF), denominados por ele como “noms signés”³, a partir do artigo *Des noms silencieux: le système anthroponymique des sourds français*. Embora o termo “anthroponymique” esteja presente no título do trabalho, no corpo do texto a teoria não é abordada. Segundo o autor, esses nomes têm uma forma específica, seguindo os padrões da LSF e são atribuídos a cada um dos membros de uma comunidade surda, podendo ser um símbolo de pertencimento pois, se uma pessoa não tem um sinal ela não faz parte da comunidade surda, mesmo que ela seja uma pessoa surda.

No Brasil, a primeira pesquisa que procura descrever a atribuição de um sinal para referenciar pessoas na Libras foi desenvolvida por Souza e Gediél (2017) por meio do artigo *Os sinais dos surdos: uma análise a partir de uma perspectiva cultural*. Esse trabalho é uma pesquisa etnográfica realizado em uma cidade da Zona da Mata Mineira. As autoras usam o termo “sinais próprios” para referenciar os sinais atribuídos às pessoas e os conceituam como “os nomes próprios das pessoas Surdas que utilizam a Língua de Sinais como principal forma de comunicação [...]” (Souza; Gediél, 2017, p. 164).

³ Termo que pode ser traduzido como “nomes sinalizados”.

Barros (2018) apresenta uma proposta de taxonomia antroponímica na Libras, considerando as motivações do que ela chamou de “sinais-nome”. Segundo a autora, um sinal-nome “é um sinal usado com valor de nome de uma pessoa por membros de uma comunidade surda” (Barros, 2018, p. 41). Seguindo o termo apresentado por Barros (2018), encontramos o trabalho de Sousa et. al (2021), o qual aplica a proposta taxonômica feita pela autora supracitada aos nomes próprios de surdos residentes em Florianópolis-SC.

Já Rech (2020; 2022) e Rech e Sell (2019; 2020; 2021; 2022), em seus trabalhos desenvolvidos a partir de pressupostos teóricos Onomásticos, utilizam o termo “sinal de nome” para denotar os antropônimos na Libras. Rech e Sell (2019) afirmam que o sinal de nome é “um sinal que é atribuído a um indivíduo para que ele possa ser reconhecido dentro da comunidade. É uma espécie de batismo, um nascimento na comunidade surda” (Rech; Sell, 2019, p. 386). Já Rech (2022) conceitua os sinais de nome como “antropônimos nas línguas de sinais, criados para referenciar uma única pessoa no contexto das comunidades surdas, formados e percebidos da mesma forma como as línguas de sinais se organizam: por meio do canal gestual-visual” (Rech, 2022, p. 67).

Conforme visto, as diversas pesquisas realizadas utilizam diferentes termos para um mesmo conceito e, nenhuma delas apresenta qualquer explicação a respeito do termo criado ou adotado. A hipótese que nos parece mais plausível é a de que a partir das primeiras publicações em que se utilizou os termos *sign name* ou *name sign* foram realizadas tentativas de tradução desses termos, especialmente no caso de pesquisas relacionadas à Libras, veiculados em português brasileiro, como em Barros (2018), no qual se utiliza o termo composto *sinal-nome*. Uma vez que não encontramos evidências nos materiais analisados que corroborassem com esta hipótese, apresentamos, na sequência, uma discussão a respeito do termo que estamos utilizando em nossos trabalhos, pois nesse caso sabemos que a motivação para o uso

do termo *sinal de nome* vem da tentativa de tradução dos termos *sign name/name sign* comumente utilizados em trabalhos pioneiros.

5 Discussão

Uma das formas de registrar o conhecimento do universo é realizada por meio do léxico de uma língua natural (Biderman, 2001, p. 181). No interim desse grupo de palavras encontramos subconjuntos que dizem respeito a diferentes áreas do conhecimento humano. Dito de outra forma, no interior de cada língua, encontramos grupos de palavras técnicas – ou termos – “pertencentes a uma ciência, uma arte, um autor ou um grupo social” (Pavel; Nolet, 2002).

Biderman (2001) aponta que o léxico básico das línguas naturais representa o repertório dos símbolos verbais os quais são categorizados em uma etapa primitiva da cognição da realidade. Ainda segundo a autora, quando as comunidades humanas vão desenvolvendo e sistematizando conhecimentos técnicos e científicos, elas necessitam ampliar seus repertórios lexicais para poderem designar os novos conceitos que vão sendo gerados.

Quando um determinado termo é criado, ele segue o “modelo léxico-categorial herdado pela língua e pela cultura de seu grupo social” (Biderman, 2001, p. 158), exceto quando se trata de empréstimos linguísticos. Segundo a autora supracitada, na contemporaneidade é muito comum que tenhamos empréstimos linguísticos anglicistas, devido ao papel hegemônico exercido pelos Estados Unidos.

Talvez aqui, já seja possível identificarmos a primeira influência dos termos “sinal de nome” e “sinal-nome” utilizados em pesquisas recentes sobre a Libras. No caso, dos estudos de Rech e Sell, quando se propuseram a estudar os nomes próprios de pessoas na Libras, as primeiras fontes de pesquisa utilizadas foram Supalla (1990), Day e Sutton-Space (2010) e Börstel (2017), todos escritos em língua inglesa, os quais, conforme já explicitado, utilizam os termos *sign name* ou *name sign*, os quais foram traduzidos como “sinais de nome”. Possivelmente o mesmo ocorreu em Barros, ao

propor “sinal-nome”. Uma evidência disso é que a autora também apresenta em seu trabalho os achados de Supalla (1992), embora não haja nenhuma referência no artigo sobre uma possível tradução do termo em inglês para o termo em português.

No caso da tradução dos termos *sign name/name sign* nos trabalhos de Rech e Sell (2020b; 2021) para *sinal de nome*, o entendimento em relação ao termo *nome* utilizado na tradução refere-se à subclasse dos nomes/substantivos próprios pertencente à classe dos nomes, conforme estabelecido em Câmara Jr. (1998), por entenderem que um termo que serve de rótulo a um conjunto de vocábulos deve incorporar referências à classificação desses vocábulos na língua.

Conforme Moura Neves (2000), a preposição DE pode funcionar dentro de um sistema de transitividade introduzindo um complemento obrigatório ao nome valente /predicador⁴ e apresentando diferentes papéis semânticos, mas pode funcionar também fora do sistema de transitividade, estabelecendo relações semânticas variadas no sintagma nominal. Nessa segunda possibilidade fora do sistema de transitividade, podemos encontrar a preposição DE na seguinte forma: *nome avalente+DE+sintagma nominal*, sendo nome avalente aquele que não está em relação de transitividade obrigatória com o restante do sintagma. Nessa configuração, uma das possibilidades é a relação de Classificação, em que a relação entre o nome avalente e o sintagma nominal estabelecem uma relação semântica de classificação. (Moura Neves, 2000, p. 644-63).

No caso do sintagma *sinal de nome*, o nome avalente corresponde ao termo *sinal*, o qual corresponde a um vocábulo próprio das línguas de sinais que se relaciona a partir da preposição DE com o sintagma nominal *nome*, correspondendo à subclasse gramatical nomes próprios. O termo *sinal de nome* denota, portanto, que existem sinais específicos nas línguas de sinais os quais podem ser classificados como nomes

⁴ Nomes valenciais são aqueles que selecionam obrigatoriamente complementos/argumentos, constituindo-se como núcleos de um predicado (Moura Neves, 2000, p. 90).

próprios. Portanto a ideia do uso da preposição DE na tradução de *sign name* ou *name sign* diz respeito a essa relação semântica de classificação que se estabelece na forma *nome avalente+DE+sintagma nominal*. Observe que essa relação semântica não é obrigatória para o termo *sinal*, uma vez que este não se configura como um nome valencial, isto é, que requer obrigatoriamente um complemento. Por outro lado, é possível criar um termo em que se estabelece essa relação de classificação a partir da forma *nome avalente+DE+sintagma nominal*. Uma maneira de perceber essa relação de classificação é substituindo o complemento não obrigatório *DE nome* por um adjetivo classificador como em *sinal nominal*, termo que poderia ser uma alternativa para a tradução realizada pelas autoras.

Parece-nos, inclusive, que o termo sinal-nome utilizado por Barros (2018) apresenta a mesma lógica, com a diferença de que esta autora não utilizou a preposição DE no sentido de classificação como casos do termo sinal-de-nome. Ou seja, os termos *sinal-nome* e *sinal de nome* são equivalentes, diferindo apenas na forma como tal termo foi traduzido e que pode ter sido influenciada inclusive pela variante do português dos autores que traduziram o termo, conforme indica Biderman (2001).

Resta ainda comentar que o termo *sinal de nome*, utilizado por Rech e Sell (2019; 2020; 2021; 2022) e Rech (2020; 2022) restringem-se aos antropônimos utilizados como sinal próprios de pessoa oriundos de comunidades surdas brasileiras. Ou seja, não designam qualquer nome próprio, tais como aqueles utilizados para nomes de lugares, cujo termo utilizado pelas autoras é *sinais toponímicos*. Este termo pode ser analisado também como surgido de um nome avalente, *sinal*, seguido de um adjetivo classificador, *toponímico*. Mas essa discussão fica para trabalhos futuros.

6 Considerações finais

Entender em que classe gramatical se situam os sinais de nome e estudar como tais itens lexicais se comportam nas línguas de sinais nos leva a compreender melhor os fenômenos relacionados às línguas de sinais. A questão da terminologia utilizada

para esse fenômeno linguístico, como vimos, reflete aspectos relacionados à classe gramatical a que este item lexical pertence, no caso à classe dos substantivos/nomes próprios.

A partir das discussões aqui apresentadas, foi possível levantar a hipótese de que os termos utilizados para designar antropônimos nas línguas de sinais, especialmente em pesquisas brasileiras sobre a Libras, parecem ter sido criados por meio de tradução do termo utilizado em trabalhos pioneiros em outras línguas de sinais.

Ademais, pode-se analisar também as escolhas no processo de tradução do termo *sinial de nome*, cunhado pelas autoras deste trabalho, e que equivale a termos utilizados em outros trabalhos que discutem os nomes próprios de pessoa.

Referências

AMARAL, E. T. R.; SEIDE, M. S. **Nomes próprios de pessoa**: introdução à antroponímia brasileira. São Paulo: Blucher, 2020. Disponível em: <https://www.blucher.com.br/livro/detalhes/nomes-proprios-de-pessoa-introducao-a-antroponimia-brasileira-1614>. Acesso em: 24 ago. 2023. DOI <https://doi.org/10.5151/9786555500011>

BARROS, M. E. Taxonomia Antroponímica nas Línguas de Sinais: a motivação dos Sinais-nomes. **RE-UNIR**, Rondônia, v. 5, n. 2, p. 40-62, 2018. DOI <https://doi.org/10.47209/2594-4916.v.5.n.2.p.40-62>

BIDERMAN, M. T. C. Terminologia e Lexicografia. **Tradterm**, v.7, p. 153-181, 2001. DOI <https://doi.org/10.11606/issn.2317-9511.tradterm.2001.49147>

BÖRSTELL, C. Types and trends of name signs in the Swedish Sign Language Community. **SKY Journal of Linguistics**, Finlândia, v. 30, p. 22-54, 2017.

CÂMARA JR., J. M. **Estrutura da língua portuguesa**. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 1998 [1970].

CASTILHO, A. T. **Nova Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010. DOI <https://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v13i1p7-16>

CAMACHO, R. G.; DALL'AGLIO-HATTNER, M. M.; GONÇALVES, S. C. O substantivo. In: ILARI, R. (org.) **Palavras de classe aberta**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 13-63. (Gramática do português culto falado no Brasil, v. 3) [1. ed. Ed. Unicamp, 2008].

DAY, L.; SUTTON-SPENCE, R. British sign name customs. **Sign Language Studies**, Washington, v. 11, n. 1, p. 22-54, 2010. DOI <https://doi.org/10.1353/sls.2010.0005>

DELAPORTE, Y. Des noms silencieux. Le système anthroponymique des sourds français. **L'Homme**, tome 38, p. 7-45, 1998. DOI <https://doi.org/10.3406/hom.1998.370454>

DIRK, M. V. de P. do A. **A motivação toponímica: princípios teóricos e modelos taxonômicos**. 1980. 351f. Tese (Doutorado em Letras. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980).

FERREIRA-BRITO, L. Similarities and Differences in Two Sign Languages. **Sign Language Studies**, Silver Spring, v. 42, p. 45-46, 1984. DOI <https://doi.org/10.1353/sls.1984.0003>

FERREIRA-BRITO, L. F. **Por uma gramática de língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

MOURA NEVES, M. H. de M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

QUADROS, R. M.de, *et al.* (org.). **Gramática da Libras: volume 2**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Educação de Surdos, 2023.

PAALES, L. On the system of person-denoting signs in Estonian Sign Language. **Sign Language Studies**, Washington, v. 10, n. 3, p. 317-335, 2010. DOI <https://doi.org/10.1353/sls.0.0048>

PAALES, L. Name signs for hearing people. **Folklore**, Estônia, n. 47, p. 43-76, 2011. DOI <https://doi.org/10.7592/FEJF2011.47.paales>

PAVEL, S.; NOLET, D. **Manual de Terminologia**. Ottawa, Canada: Travaux publics et Services gouvernementaux, 2002.

PERINI, M. A. **Sofrendo a gramática: ensaios sobre a linguagem**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1999.

PERINI, M. A. **Princípios de linguística descritiva**: introdução ao pensamento gramatical. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

RECH, G. C. A tradução dos nomes das personagens bíblicas para a Língua Brasileira de Sinais: analisando o manual o clamor do silêncio. **Revista Linguística**, Rio de Janeiro, v.16, n.3, p. 404-424, 2020. DOI <https://doi.org/10.31513/linguistica.2020.v16n3a35914>

RECH, G. C. **Estudo dos nomes próprios de pessoas na Libras**: Onomástica e Linguística Cognitiva em diálogo. 249 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2022.

RECH, G. C.; SEIDE, M. S.; SELL, F. S. F. A nomeação de pessoas em diferentes comunidades surdas. **Revista Investigações**, Recife, v. 33, n. 2, p. 1-24, 2020. DOI <https://doi.org/10.51359/2175-294x.2020.241650>

RECH, G. C.; SELL, F. S. F. Os sinais de nome na Língua Brasileira de Sinais. **Anais**. I Congresso Internacional de Lexicologia, Lexicografia, Terminologia e Terminografia das Línguas de Sinais e II Fórum Internacional sobre Produção de Glossários e Dicionários em Línguas de Sinais, Brasília, Distrito Federal, Brasil, 2019.

RECH, G. C.; SELL, F. S. F. Os sinais de nome atribuídos no contexto acadêmico: uma abordagem Antroponomástica. **Onomástica desde a América Latina**, Cascavel, n.2, v.1, p. 67-81, 2020. DOI <https://doi.org/10.48075/odal.v1i2.25446>

RECH, G. C.; SELL, F. S. F. Antropônimos ficcionais em personagens de histórias clássicas infantis traduzidas para Libras. **Revista (Com)Textos Linguísticos**, v. 15, n. 32, p. 166-179, 2021. DOI <https://doi.org/10.47456/cl.v15i32.35901>

RECH, G. C. ; SELL, F. S. F. Atribuição de sinais de nome a ouvintes no contexto educacional: a questão das crenças e atitudes. *In*: GIANOTTO, A. de O.; CABRAL, Camila de A.; SILVA, F. B. (org.). **Pesquisas atuais sobre a educação de surdos**: perspectivas e inovação. Curitiba: CVR, 2022. p. 175-189. DOI <https://doi.org/10.24824/978652511959.5.175-190>

SEIDE, M. S.. Libras: de língua natural a língua histórica. *In*: BIDARRA, J.; MARTINS, T. A.; SEIDE, M. S. (org.). **Entre a Libras e o Português**: desafios face ao bilinguismo. Cascavel, PR: EDUNIOESTE; Londrina: EDUEL, 2016. p. 45-68.

SOUSA, A. M. de; OLIVEIRA, G. C. S. de; GONÇALVES FILHO, J. S. T. G.; QUADROS, R. M. de. Antroponímia em línguas de sinais: os sinais-nome de Florianópolis, Brasil.

Revista Humanidades e Inovação, v. 7 n. 26, p. 112-124, 2020. DOI <https://doi.org/10.1590/010318135158183181>

SOUZA, I. L.; GEDIEL, A. L. Os sinais dos surdos: uma análise a partir de uma perspectiva cultural. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 56, n. 1, p. 163-185, 2017. DOI <https://doi.org/10.1590/010318135158183181>

STOKOE, W. C. **Sign Language Structure**. Silver Spring, Linstok Press, 1960.

SUPALLA, S. J. The arbitrary name sign system in American Sign Language. **Sign Language Studies**, Washington, v. 67, p. 99-126, 1990. DOI <https://doi.org/10.1353/sls.1990.0006>

Artigo recebido em: 30.03.2024

Artigo aprovado em: 01.07.2024